

História de Sergipe: Um esboço de síntese

(Francisco José Alves Santos)

Diniz, Diana Maria de Faro (Coordenadora)
Textos para a História de Sergipe
Aracaju: Universidade Federal de Sergipe,
Banco do Estado de Sergipe, 1991. 294 p. (ilustrado).

Em boa hora, a UFS e o Banese lançam estes **Textos Para a História de Sergipe**, produto de alguns anos de trabalho de um grupo de professores dos departamentos de Filosofia e História e Ciências Sociais. A obra vem preencher uma lacuna existente na Historiografia Estadual: uma visão de conjunto do devir histórico da sociedade sergipana. A última tentativa neste sentido foi a **História de Sergipe**, de J. Pires Wynne (Rio de Janeiro: Pongetti, 1970 - 1973. 2v).

O livro fornece uma síntese da evolução histórica de Sergipe, da conquista até os dias atuais, sob o ângulo étnico, político, econômico e cultural, num conjunto de seis capítulos temáticos. Cada estudiosa tomou para si um tema de sua maior competência e intimidade. Os textos reunidos resultam de pesquisa, tomando por base as Historiografias brasileira e sergipana existentes. A estratégia discursiva adotada - à exceção do capítulo dois, é a progressiva, ou seja, parte-se do passado mais recuado para o presente.

Iniciando o livro, tem-se o capítulo "O Índio em Sergipe", de autoria da pesquisadora Beatriz Góis Dantas (pp. 19 - 60). Nele, a antropóloga, *à la* *savoir-faire*, rastreia a existência de sociedades indígenas no território sergipano, desde antes da colonização até os dias atuais, analisando a relação destas sociedades com o homem branco (colonos, religiosos, governos), bem como o negro. O capítulo, fartamente estruturado em fontes primárias e na literatura científica nacional e estadual, dissecou o genocídio e etnocídio de que foram vítimas os povos indígenas habitantes do território sergipano. Trata-se, seguramente, do melhor capítulo da obra, tanto pela maestria no domínio das fontes quanto pela acuidade da análise.

"Atividades Produtivas", de Maria da Glória Santana de Almeida (pp. 61 - 125) dá continuidade à obra. Utilizando-se da técnica do *flashback*, ou seja, partindo do presente para o passado, a autora radiografa as atividades produtivas, tomando como parâmetro analítico "o que", "como" e "para que" se produz. O capítulo vem munido de dezesseis quadros e dois gráficos. A relativa abundância de dados estatísticos leva a autora, algumas vezes, a cair na ilusão de que os números são, por si mesmos, eloquentes. Um outro percalço do capítulo é a ênfase demasiada nos séculos passado e atual em detrimento dos séculos 18 e 17, fazendo com que este espaço de tempo se constitua uma lacuna lamentável. Assim, por exemplo, à página 80, a autora inexplicavelmente oculta o número de engenhos sergipanos existentes naquele período, muito embora Luiz R.B. Mott, em seu livro **Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade** (Aracaju: Fundesc, 1986, pp. 135 - 138), nos forneça um quadro estatístico destes engenhos entre 1612 e 1884. Há ainda duas citações, às páginas 104 e 112, sem a devida indicação das fontes.

O terceiro capítulo, de Terezinha Oliva de Souza (pp. 127 - 166), intitula-se "Estruturas de Poder". Trata-se aqui do "processo político sergipano" na sua relação de subordinação à Bahia e, posteriormente, ao Governo central; da interação das classes dominantes e subalternas; e da hegemonia de grupos econômicos e familiares que atravessam a História de Sergipe. Vale-se a pesquisadora, sobretudo, da bibliografia existente sobre o tema, principalmente das obras de José Ibarê Costa Dantas.

Desconsidera, entretanto, sistematicamente, a **História política de Sergipe**, de Ariosvaldo Figueiredo (Aracaju, edição do autor, 1986; Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989), apesar de a obra vir citada na bibliografia. Aqui também há um vazio em relação aos séculos 17 e 18. A pesquisadora sobrevoa-os rapidamente em seis parcas páginas, deixando as trinta páginas restantes para os séculos posteriores. Olvida, assim, toda dinâmica das câmaras municipais sergipanas no período em questão.

O capítulo da coordenadora do volume, Diana Maria de Faro Diniz, intitulado "A Propriedade da Terra e A Questão Agrária" (pp. 167 - 199), trata da formação da grande e pequena propriedade em Sergipe; dos conflitos pela posse da terra; e das formas recentes de cooperativismo agrícola. O texto demonstra que a história da posse da terra em Sergipe é a crônica do latifúndio no seu poder avassalador, evidenciando o fenômeno da concentração das terras em mãos de uma minoria privilegiada. Também neste capítulo, constata-se a limitação analítica já observada nos textos anteriores: o quase silêncio sobre os séculos 17 e 18. Ignora ainda o trabalho de Lourival Santana Santos e outros: **Notas Sobre os Livros de Registro de Terras de Pacatuba, da Cidade de São Cristóvão e da Vila Nova no século XIX** (Aracaju, Mimeo sd).

"Organização do Trabalho", o quinto capítulo do volume, é da lavra de Lenalda Andrade Santos (pp. 203-249). Enfoca a evolução das formas de trabalho em Sergipe, desde a sua modalidade escrava (indígena e africana) até a emergência e consolidação do trabalho livre. A historiadora, no entanto, subaproveita a literatura publicada sobre o tema, deixando de fornecer, por exemplo, um quadro da população sergipana entre 1707 e 1888 (Cf. Mott, 1986: 86).

O último capítulo, "O Processo da Formação e as Manifestações Culturais" (pp. 251-294), de autoria de Maria de Andrade Gonçalves, cartografa a cultura sergipana (popular e erudita), rastreando a contribuição das "raças formadoras". Elenca ainda vultos, instituições e manifestações culturais de Sergipe. Um visível lapso do capítulo é a classificação do poeta e romancista Amando Fontes como "ensaísta" (p. 265).

No geral, perpassam por todo o volume algumas limitações. São elas: a — ausência de um capítulo dedicado a análise da sociedade, b — privilégio dos dois últimos séculos em detrimento dos séculos 16, 17 e 18, c — predomínio da História Econômica em relação à História Social e Política, d — Sub-aproveitamento da historiografia existente, especialmente relativa ao período colonial, e — inexistência de uma bibliografia geral ao final do volume.

No tocante a composição gráfica de **Textos Para a História de Sergipe**, depara-se em primeiro lugar com a capa, de autoria do artista plástico Eurico Luiz, a qual retrata três mãos manchadas de sangue, sugerindo de maneira óbvia a violência que atravessa a História de Sergipe, numa exumação extemporânea do realismo socialista. A encadernação, por seu lado, faz com que o livro não resista a uma segunda consulta, desprendendo-se todas as páginas.

Torna-se necessário dizer que as limitações acima arroladas de maneira alguma merecem a importância da obra aqui resenhada, pois que, como já foi dito logo de início, em boa hora esta compilação veio à lume, dada a exiguidade bibliográfica no campo, além do que o livro representa uma inovação metodológica, pela introdução de uma História ordenada por temas, fugindo assim às xaposas descrições das tradicionais "Histórias Gerais".

* Francisco José Alves dos Santos é mestre em Antropologia pela UNB e professor do Dept. de Filosofia e História da UFS.